

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS AGROALIMENTARES E A ATER: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

SOCIAL CONSTRUCTION OF AGRO-FOOD MARKETS AND ATER: CHALLENGES TO THE DEVELOPMENT OF THE TERRITORY OF THE WESTERN HINTERLAND OF SERGIPE

CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LOS MERCADOS AGROALIMENTARIOS Y ATER: DESAFÍOS PARA EL DESARROLLO DEL TERRITORIO DEL HINTERLAND OCCIDENTAL DE SERGIPE

João Ernandes Barreto Nascimento¹, Fernanda Viana de Alcantara², Acssuel de Sousa Lisboa³, Mateus Costa Santos⁴

¹ Mestre em Geografia (PPGeo/UESB); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Vitória da Conquista Estrada do Bem Querer Km, 04 Vitória da Conquista – BA CEP: 45083 – 900. E mail: joaoernandesbarreto@hotmail.com

² Professora adjunta no curso de geografia licenciatura e do programa de pós-graduação em geografia da UESB; Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Vitória da Conquista Estrada do Bem Querer Km, 04 Vitória da Conquista – BA CEP: 45083 – 900. E mail: nandanpgeo@yahoo.com.br

³ Mestre em Geografia (PPGeo/UESB); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Vitória da Conquista Estrada do Bem Querer Km, 04 Vitória da Conquista – BA CEP: 45083 – 900. E mail: acssuel_lisboa@hotmail.com

⁴ Mestrando em Geografia (PPGeo/UESB) e bolsista da CAPES; Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Vitória da Conquista Estrada do Bem Querer Km, 04 Vitória da Conquista – BA CEP: 45083 – 900. E mail: mateuscosta83@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do trabalho em questão consiste em analisar a tipologia dos mercados acessados por agricultores familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (TSOS), relacionando com a relevância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como uma ação capaz de apoiar a construção social de mercados agroalimentares. Foram aplicados sessenta questionários semiestruturados aos agricultores familiares que rebem ou não ATER. Destaca-se ainda, entrevistas com os consumidores e vendedores de alimentos da agricultura familiar, assim como entrevistas em órgãos e empresas de ATER, fundamentando o debate em torno de questões relacionadas aos mercados acessados, desafios da matriz produtiva, estratégias e entraves para o desenvolvimento do TSOS. Percebe-se a importância da construção de mercados que garantam a reprodução da agricultura familiar, sendo possível evidenciar e relacionar quatro tipos no caso do TSOS. No entanto, o mercado classificado como local ou territorial acaba sendo o mais presente na vida das famílias rurais do território em questão, sendo dominado pela figura do intermediário comerciante, o qual, possui interesses e mecanismos para a circulação das mercadorias de origem agrícola, conseqüentemente, acabam dominando os mercados convencionais, e conseqüentemente, atuando nas esferas locais e globais.

Palavras-chave: Mercados agroalimentares, ATER, Desenvolvimento rural, Agricultura familiar.

ABSTRACT

The objective of this work consists in examining the typology of markets accessed by farmers of the Western Hinterland of Sergipe (TSOS), relating to the relevance of the Technical Assistance and Rural Extension (ATER) as an action able to support the social construction of agro-food markets. 60 semi-structured questionnaires were applied to family farmers who *rebem* or don't *rebem* ATER. Highlights, interviews with consumers and sellers of food from the family farm, as well as interviews in organs and ATER, basing the debate around issues related to markets accessed, challenges of the array productive strategies and obstacles to the development of the TSOS. Realize the importance of the construction of markets to guarantee reproduction of family agriculture, being possible to evidence and relate four types in the case of TSOS. However, the local or territorial classified market ends up being more present in the lives of rural families in the territory in question, being dominated by the figure of the intermediary trader, which has interests and mechanisms for the movement of goods of agricultural origin, therefore, end up dominating the conventional markets, and consequently, acting in local and global spheres.

Keywords: Agrofood markets, ATER, rural Development, Family agriculture.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo consiste en analizar los tipos de agricultores acceder a los mercados de lo Territorio del Hinterland Occidental de Sergipe (THOS), relativas a la pertinencia de la Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) como una acción capaz de apoyar la construcción social de los mercados agroalimentarios. Además de la fundamentación teórica, la recolección de datos primarios, análisis de cuestionarios semiestructurados aplicados a 60 agricultores que se *reben* o no ATER. Highlights, entrevistas con los consumidores y vendedores de alimentos de la granja de la familia, así como entrevistas en órganos y ATER, basar el debate en torno a cuestiones relacionadas con los mercados de acceso, desafíos de la matriz estrategias productivas y los obstáculos al desarrollo de la THOS. Cuenta de la importancia de la construcción de mercados para garantizar la reproducción de la agricultura familiar, siendo posible evidencia y se refieren a cuatro tipos en el caso de THOS. Sin embargo, el mercado clasificado local o territorial termina siendo más presente en la vida de las familias rurales en el territorio en cuestión, siendo dominada por la figura del comerciante intermediario, que tiene intereses y mecanismos para el movimiento de bienes de origen agrícola, por lo tanto, terminan dominando los mercados convencionales y por lo tanto, actuar en los ámbitos locales y globales.

Palabras clave: Mercados agroalimentario, ATER, desarrollo rural, agricultura familiar.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho em questão consiste em caracterizar e analisar o perfil de mercados acessados pelos agricultores familiares que recebem ou não Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (TSOS), relacionando com discussões que envolvem os desafios e perspectivas de produzir-se melhor e com mais qualidade, para atender consumidores dos centros urbanos, cada vez mais, reflexivos e capazes de fazer escolhas. Entende-se aqui, que a ATER representa uma relevante estratégia para a inserção dos agricultores “descapitalizados” e que não possuem tecnologia ou conhecimento para o escoamento da produção nos mercados cada vez mais seletivos, caso evidenciado no TSOS. Para analisar isso, é relevante discutir o desenvolvimento sustentável e olhar para o rural, não apenas como um setor de atividades orientadas para o mercado, mas para o bem social e o interesse público, sendo que uso da terra deverá preocupar-se em produzir alimentos saudáveis, sem destruir a biodiversidade ou poluir as fontes de água. Torna-se importante fundamentar a

discussão sobre perspectivas que envolvem os sistemas agroalimentares na contemporaneidade e estratégias capazes de fortalecer a agricultura familiar em áreas pobres e gerar mecanismos para a inserção desses agricultores no sistema produtivo.

É reconhecido entre os estudiosos do meio rural brasileiro, que o Século XXI é marcado por transformações socioprodutivas ligadas a alteração do papel e da maneira de enxergar o rural contemporâneo. Aliado a isso, dentre os principais desafios para a agricultura familiar, ganha força o debate sobre como pode-se produzir melhor para alimentar os centros urbanos, assim como as ações de desenvolvimento rural tendem a enfatizar novas configurações da cadeia de abastecimento alimentar, sendo um elemento crucial para essas estratégias, o incentivo a práticas como a agricultura orgânica e a venda direta ao consumidor através de cadeias curtas.

A ciência geográfica pode ser concebida como uma importante ferramenta para analisar e explicar as relações socioespaciais que envolvem a cadeia de produção e comercialização de produtos agrícolas e seus rebatimentos na relação rural urbano. Buscando elucidar as dimensões que consistem no abastecimento de produtos alimentícios de qualidade e a tendência no atendimento a um perfil de consumidores restrito, sendo caracterizados pelo poder econômico e/ou cultural, corroborando em ser um consumidor com capacidades para preocupar-se com a vida saudável. Nessa perspectiva, a produção de conhecimentos e análises geográficas podem contribuir para explicar a dimensão social dos produtos orgânicos e a importância de democratizar o acesso aos mesmos, sob a ótica da desigualdade que marca a sociedade capitalista.

Diante disso a identidade local dos produtos é uma marca da valorização territorial da origem produtiva dentro da cadeia de comercialização, no entanto, a busca por novos mercados tendem a moldar as relações sociais e transformar os espaços. A identidade do produto pode ser a chave para compreender a “geografia da produção-consumo”, explicando o processo que envolve a comercialização “face a face” nas feiras da agricultura familiar, mas também, poderá explicar a mobilidade do território através da comercialização em novos espaços, atendendo consumidores distantes e que se identificam com o produto pela sua qualidade e/ou garantia de procedência.

Quando se discute desenvolvimento sustentável, Sachs (2017) pode ser considerado uma das principais referências para compreender as tendências do cenário global de análises para além da preocupação com as questões econômicas, preocupando-se com a saúde pública e com o sistema ambiental. Sen (2010) também pode ser reconhecido como uma relevante base teórica para a compreensão do desenvolvimento como liberdade e a relação com o aumento das capacidades dos indivíduos dentro de uma sociedade em desenvolvimento.

Percebe-se a relevância na mudança do enfoque produtivista para a busca pela produção cada vez mais saudável e/ou sustentável, e conforme Sachs (2017), é necessário olhar para o desenvolvimento sustentável não apenas como uma atividade orientada para o mercado, mas para o bem social e o interesse público, sendo que o uso da terra deve preocupar-se em produzir alimentos saudáveis, sem destruir a biodiversidade ou poluir as fontes de água.

É esperado reunir elementos capazes de explicar os desafios da cadeia produtiva e de comercialização, relacionando com as perspectivas do desenvolvimento sustentável e dos sistemas agroalimentares. Evidenciando a necessidade de se produzir alimentos saudáveis para a população através de um sistema agroalimentar sustentável, pois não é mais racional aumentar a produção e a oferta, tornou-se indispensável produzir baseado atender as necessidades nutricionais e se comprometer com a saúde pública das populações de maneira democrática e sustentável. Busca-se então, discutir a relação existente entre ATER e desenvolvimento para as famílias do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (figura 01), compreendendo as principais questões evidenciadas em campo e que são capazes de indicar caminhos para o desenvolvendo das famílias assistidas pela ATER.

Neste cenário de estratégias de desenvolvimento, surge a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como uma ação capaz de apoiar a produção comercialização e a inserção social das famílias assistidas. Sendo relevante ressaltar que, para que ocorra o sucesso dessa estratégia de desenvolvimento, a articulação com outras políticas públicas torna-se essencial, tendo em vista que o rural não compreende somente atividades agrícolas, no entanto, o fortalecimento da ATER em áreas em que os agricultores são em sua maioria descapitalizados, pode auxiliar no desenvolvimento de um novo mercado de trabalho, criado a partir do domínio do processo produtivo com a agregação de valor a produção e conseqüentemente o surgimento de atividades para-agrícolas. Decorrente disso, também surge a relevância da articulação social dos agricultores inseridos nesse processo, discutindo e buscando nos espaços de diálogo com as entidades, os anseios para a dinamização da vida das famílias.

1.1 FORÇAS E DESAFIOS: ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO

São graves os problemas e os limites gerados por uma sociedade regulada apenas pela lógica dos mercados econômicos, e os resultados desse modelo de sociedade são baseados simplesmente por rendas e lucros. É nessa perspectiva, que considera-se simultaneamente a eficiência por meio da liberdade dos mecanismos de mercado, de um lado, e a gravidade dos problemas de desigualdades de liberdade, do outro. Assim, no sistema econômico vigente, é preciso lidar com os problemas da desigualdade, da liberdade de acesso aos bens substanciais, de privações e pobreza; nesse contexto, a intervenção social, incluindo o custeio governamental, pode ter um papel fundamental. O que os sistemas de seguridade social nos Estados de bem-estar social procuram realizar, mediante os programas de governo e políticas públicas que buscam subsidiar os indigentes e inserir os marginalizados.

Conforme Polanyi (2000) a principal força que está operando na locomotiva capitalista e que prepara a grande “catástrofe” é o mercado. Polanyi (2000) acreditou que o mercado não é uma relação social natural. Sendo que o mercado é um sistema de trocas particular, no entanto percebe-se que, um sistema de trocas pode ter um aspecto que não passe pela mercadoria, ou seja, pela troca mercantil. Exemplo: na universidade pública existe a troca de conhecimentos sem a existência da relação mercantil, qualquer cidadão comum poderá acompanhar a troca de conhecimentos dentro de uma instituição pública. Já na universidade privada, existe a relação mercantil de compra e venda de conhecimento, existindo nesta, um controle para o acesso ao conhecimento produzido. Por isso, o mercado é caracterizado por ser um sistema de trocas onde se vende e troca mercadorias.

O mercado parece ser natural, pois na superfície, o mercado parece ser algo que decorre da natureza humana. E Polanyi (2000) demonstra que as relações de compra e venda são resultados históricos de um sistema de troca chamado mercado, o qual precisa ser imposto pelo Estado. A grande dualidade não será Estado x Mercado, mas sim, Sociedade x Mercado. Por isso, para Polanyi (2000) o mercado é uma relação histórica que depende de uma imposição do Estado, destruindo outras formas, e realocando o mercado como relação social dominante.

O mercado é um conjunto de forças que não tem como planejar quanto vai se consumir ou produzir. E o que interessa para Polanyi (2000) é que nos momentos de baixa (crise) as pessoas perdem o emprego e engrossam no estrato social de desempregados, e não serão reempregadas no período da alta (expansão) no capitalismo. Ao mesmo tempo em que possui grande capacidade de gerar riqueza, produz também constante expulsão de um número crescente de pessoas que não tem lugar nesse modo de produção, ao não ser que se estabeleçam formas de relação social “extra mercantil”, compreende-se então que, quando o mercado avança os direitos recuam ou quando os direitos avançam, o mercado recua.

Para Polanyi (2000), se o Estado não retiver o controle do dinheiro, ele não tem condição de amenizar as crises. E para Piketty (2014) se o Estado tiver condição de controlar o dinheiro, poderá amenizar os ciclos de crise injetando dinheiro na economia e tendo menos pessoas em situações marginalizadas. Por isso, se o Estado conseguir amenizar as crises e garantir direitos, a marginalização não chegará a ser extremada.

Do ponto de vista econômico – social – natural, se não houver intervenção do poder público restringindo a “liberdade” do mercado, a humanidade irá se extinguir, pois o mercado não é uma forma social viável, sendo que ao mesmo tempo em que produz grande riqueza, o mesmo inviabiliza a humanidade.

Por isso a dualidade se dá entre Sociedade x Mercado, pois o mercado dissolve as relações de natureza social, há uma oposição entre mercado e sociedade. E para Polanyi (2000) a catástrofe do século XX é o resultado dessa dissolução da sociedade operada pelo mercado nas relações invisíveis, com a expansão das relações mercantis contra as relações sociais. Após a primeira Guerra Mundial, houve uma grande transformação, que foi o fim do predomínio do mercado. A expansão de modelos de sociedade que buscam limitar o mercado (Socialismo por exemplo), com disseminação de interesses sociais em detrimento dos interesses individuais.

Polanyi (2000) acredita que a sociedade de mercado foi ultrapassada por uma nova forma, e se essa nova forma é compatível com a liberdade ou não. Conforme Polanyi (2000) é necessário que a sociedade se imponha em relação ao mercado, caso contrário, a sociedade se instigue. Pois o mercado não é capaz de regular a vida social, sendo inviável esse modelo, e a prova disso, foram as duas guerras mundiais. Daí só será possível a sobrevivência da humanidade se trabalho, dinheiro e natureza forem retirados do controle do mercado.

É neste debate que Ploeg (2016) e Ploeg et. al (2012) avançam em relação a dualidade Sociedade X Mercado, reunindo argumentos para o avanço no debate e compreensão em relação aos mercados socialmente construídos, e o Estado, desempenha um papel fundamental na construção de estruturas sociomateriais, as quais são capazes, dentro desta perspectiva, de amparar o desenvolvimento de “nested markets” sem o comprometimento da sociabilidade dos envolvidos. Por isso, torna-se relevante entender as duas vertentes, para que seja possível compreender as lacunas estruturais dentro dos mercados gerais, dominados no século XXI pelas grandes corporações, e que afetam as facetas da sociedade contemporânea. Essas lacunas estruturais permitem caminhos para o desenvolvimento de mercados alternativos e socialmente construídos.

Entende-se aqui que o “apocalipse” do sistema capitalista previsto por Karl Marx ou a grande transformação esperada por Polanyi (2000) ainda não se consolidaram, em virtude do papel do Estado de bem estar social, o qual, conforme Sen (2010) “compartilha” os ganhos da economia. Aliada a isso, a disseminação da tecnologia (após “Segunda Guerra”) amparada pelas ações do novo modelo de Estado, difundindo o conhecimento, foi capaz de conter o aumento insustentável das desigualdades (evitando conflitos capazes de reinventar o sistema econômico vigente), verificadas em Piketty (2014). Pois em Marx (1996) percebe-se que a ampliação da produtividade, faz com que o trabalho concreto diminua, mesmo assim, ainda não é possível pensar no desenvolvimento das atividades produtivas sem a presença do trabalho. E esse fator também tem sido capaz de conter a insatisfação estrutural com o sistema, pois, o acesso ao conhecimento e a tecnologia garantidos a todas as classes têm mobilizado os setores em favor da manutenção da “locomotiva capitalista”. E o Brasil? Quais os caminhos ou estratégias capazes de alavancar o desenvolvimento rompendo com os “vícios” socioculturais do passado? Pois o modelo de Estado brasileiro tem servido para manter os interesses das elites oligárquicas, e o rural, é uma das representações desse domínio. Esse domínio acaba refletido e/ou interferindo sobre a elaboração de um projeto de desenvolvimento rural eficiente e capaz de fortalecer o rural brasileiro e amparar a agricultura familiar.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

O incentivo à produção de alimentos saudáveis pode ser concebido como uma estratégia de desenvolvimento rural, capaz de ser refletida no urbano, tendo em vista que é reconhecido o seu potencial social e econômico para a agricultura familiar, a qual possui capacidade de nutrir os consumidores desse mercado “imerso” com alimentos saudáveis e garantindo procedência. Ao mesmo tempo, torna-se relevante a discussão de que a forma convencional como se produz, se processa, são distribuídos e o

consumo dos alimentos no século XXI está gerando o desequilíbrio, à medida que nem quem produz e nem quem consome está satisfeito com os resultados, por isso, é necessário produzir para nutrir e não para atingir superávits. É nessa ótica, que busca-se, discutir as perspectivas que envolvem a produção e comercialização de alimentos saudáveis, associando com a emergência desses “mercados aninhados” no cenário nacional e global, conforme é percebido em Ploeg et.al (2012).

Percebe-se em Carvalho (2018) e Mendes (2014) a diversidade da matriz produtiva em Sergipe, desde o hortifrúti, até carnes, leite, lavouras temporárias e permanentes. Carvalho (2018) também destaca elementos da “modernização” na agricultura familiar sergipana, e embora suas reflexões concentrem-se em “agricultores pronafianos” é permitido refletir sobre a efetividade da política do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e relacionar que seus resultados concentraram-se no incentivo a modernização, alongamento de cadeias, produção e crédito.

Por outro lado, justifica-se a relevância de políticas públicas capazes de apoiar a qualificação matriz produtiva, fortalecendo mercados alternativos ao modelo disseminado em Sergipe pelo PRONAF, o qual afasta a agricultura familiar do desenvolvimento sustentável e busca inseri-la no modelo agroindustrial. Contudo, mercados emergidos a partir de programas como PAA ou PNAE podem associar essas políticas públicas como potenciais incentivadoras da produção familiar de base orgânica, e conseqüentemente, fortalecer os “nested markets” estudados por Ploeg et.al (2012) partindo da perspectiva de que, diante da emergência do debate referente a saúde pública, o mundo tenderá a caminhar para o consumo de alimentos saudáveis. Por isso, compreende-se a importância de estudar mercados alternativos ou imersos desenvolvidos por agricultores familiares e ações capazes de apoiar essa estratégia de sistemas agroalimentares, observando que seus modelos e diretrizes de produção, associando-se a proximidade entre vendedores e compradores, representam um modelo de mercado emergente e comprometido com a qualidade.

Embora Cassol et.al (2016) reconheça a “origem rural” como um potencial para “mercado imersos”, percebe-se em Sergipe que essa organização em prol da comercialização de alimentos saudáveis torna-se uma barreira, pois o diálogo entre instituições, entidades e agricultores orgânicos fica na maioria dos casos no campo das ideias.

Mas para Caporal; Petersen (2012) o grande esforço das políticas para a agricultura familiar continua sendo no sentido da “modernização”, isto é, no apoio a mudança da base técnica, sem questionar o uso de agroquímicos e ampliando o financiamento e acesso a máquinas e equipamentos para a mecanização. E em consequência disso, ações na linha do Pronaf Agroecologia não têm “recursos marcados” e não encontram apoio nos agentes financeiros que operam o programa, continuando marginais, mesmo depois de vários anos de sua criação. É nesse cenário que a ATER pública torna-se uma estratégia pontual capaz de desenvolver territórios, pois a assistência técnica é capaz de fortalecer e qualificar a matriz produtiva, através da produção e comercialização de alimentos saudáveis orientando estratégias produtivas e mercados potenciais para os agricultores assistidos. Enquanto que a extensão rural e dissemina o conhecimento, criando caminhos e ações para emancipação dos atores assistidos, pois a ampliação do conhecimento é capaz de fazer que os agricultores consigam acessar políticas e mercados institucionais fortalecendo a identidade territorial.

Dentro das transformações e do cenário de inovação presente no novo rural brasileiro, a Assistência Técnica e Extensão rural, pode ser considerada como uma das principais ações que podem contemplar estratégias para a superação de desafios como a pobreza rural e a inserção produtiva, tendo em vista que, o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) consiste em tentar melhorar a renda e as condições de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Sendo assim, a assistência técnica é um trabalho de orientação aos agricultores de maneira mais pontual, visando principalmente à resolução de problemas relacionados com a produção. Já a extensão rural é um serviço de educação não formal de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Por isso, para Peixoto

(2014), os serviços de ATER são de grande relevância, principalmente, para os agricultores mais pobres.

Para Alves et al. (2016) a ATER poderá auxiliar os produtores a escolherem o melhor sistema de produção em termos de rentabilidade econômica, e também, a troca de informações e o fornecimento das atividades inovadoras para a melhoria das atividades rurais. Conseqüentemente é importante que ocorra a dinamização social dos agricultores mais pobres, os quais não tem condições de buscarem serviços privados de ATER e por isso, cabe ao Estado amparar e assegurar a inserção desses agricultores não capitalizados, aliando a ATER com outras políticas públicas, que busquem inserção econômica e social, além do fortalecimento da juventude rural.

Ao longo da sua efetivação a ATER afastou-se do “modelo linear” de transferência de tecnologia e da abordagem “de cima para baixo”, caracterizados pelo fluxo de informações direcionados aos produtores rurais gerados e determinados pelos técnicos e pesquisadores. Com isso, buscou-se métodos da extensão que enfatizavam fluxos de informação de baixo para cima, por princípios de educação de adultos e por participação das partes interessadas. O trabalho crescente da extensão rural com as organizações dos produtores rurais e com o uso de métodos grupais foi outra mudança importante associada a esse novo momento. A partir de então, os produtores rurais deveriam ter mais controle sobre a informação de que efetivamente precisam e/ou desejam e também sobre como a informação lhes é fornecida. E segundo Peixoto (2014), foi na década de 1980, que ganharam ênfase as abordagens participativas e a preocupação com a produtividade das mulheres, assim como a preservação dos ecossistemas, junto com estratégias de recuperação de custos e de privatização.

Alves et al. (2016) afirma que foi com o objetivo de barrar o comunismo no campo, que após a Segunda Guerra Mundial que a influência dos Estados Unidos e dos europeus, passou a focalizar o desenvolvimento tecnológico da agricultura, concentrando recursos na agricultura familiar. Então, em 1948 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), a qual tinha como principal objetivo desenvolver um programa de crédito educativo, destinado a pequena agricultura e as famílias de agricultores. A Acar contou, segundo Alves et. Al. (2016), com o financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), e Alemanha, França e Japão em Projetos específicos. Com isso, pode-se entender o modelo Acar como o primeiro passo para a disseminação da ATER no território brasileiro, e Alves et. al. (2016), resume os caminhos da assistência técnica e extensão rural no Brasil, citando os ajustes que ocorreram desde meados do século XX e o arranjo construído para a sua expansão.

Goodman (2017) destaca a importância de se agregar valor à produção sem perder a identidade e os atributos dos produtos locais, e assim, a valorização territorial é vista como uma oportunidade e/ou estratégia de sobrevivência agrícola, sendo a pedra fundamental para a revitalização da economia rural. Por isso Goodman (2017) aponta caminhos para agendas de pesquisas sobre o rural no século XXI, pois as agendas de pesquisa deveriam priorizar novas análises sobre as inter-relações em construção entre abastecimento alimentar convencional e alternativo, captadas pelas noções de “integração”, e de como assimetrias de poder operam para influenciar a distribuição das rendas entre os atores nessas cadeias de valor. Um modo de abastecimento socialmente justo segue sendo importante, esforços no âmbito das compras públicas, até agora envolveram basicamente iniciativas isoladas, em nível micro. Sem mudanças políticas e institucionais profundas, as redes alimentares alternativas correm o risco de ficar limitadas a prover “pessoas abastadas”, em espaços de consumo restrito e dominados por varejistas rentistas.

Esse debate é de interesse para a Geografia e envolve a dinâmica territorial e a questão da resistência dentro da valorização do território, pois o abastecimento de alimentos em locais pode ser descrito como um espaço de “resistência” as forças impostas por um sistema corporativo globalizado, e contra invasão de alimentos sem origem e homogêneos. Conseqüentemente, a resistência contra alimentos sem origem e sem identidade está alinhada a narrativa da identidade cultural. Nessa lógica, os alimentos de qualidade prometem revitalizar a sociedade rural e reparar as conseqüências sociais e ecológicas do produtivismo pós-segunda guerra mundial.

Em Cassol et.al (2016) é destacado como potencial mercado imerso as feiras livres organizadas por produtores tradicionais, apoiadas por diferentes atores e instituições. Sendo esse tipo de mercado caracterizado pela venda direta e pela confiança na origem do produto. É nessa perspectiva que o “mercado imerso” é concebido como um mercado socialmente construído, e mesmo diante da mercantilização das relações e dos costumes, Cassol et.al (2016) demonstra que as interações econômicas de troca e intercâmbio que se utilizam de valores coletivos e racionalidades assentadas em relações interpessoais estão crescendo.

Para Ploeg (2016) os mercados são uma construção social – os mercados podem e efetivamente são construídos por indivíduos e grupos sociais, tais como agricultores familiares. Por isso, pode-se afirmar que os mercados são frutos das relações e interações sociais, então, eles podem ser alterados ou organizados segundo o sentido e/ou interesse dos atores e agentes que criam estas relações. Enfim Ploeg (2016) entende que os mercados podem ser submetidos ao controle e ao poder dos indivíduos da sociedade, e não ao contrário, como pode acontecer e como fazem crer aqueles que assemelham os mercados à “mão invisível”.

A identidade da produção através de cadeias curtas e/ou venda direta, pode representar uma das formas de reintegração, ressocialização e realocação dentro de sistemas agroalimentares. O mesmo pode acontecer em cadeias longas, embora não seja um padrão da agricultura familiar brasileira, sendo que através de símbolos, logomarcas e certificados de qualidade podem representar novas formas de territórios dentro de cadeias agroalimentares. Em outras palavras, espaços de produção podem significar territórios produtivos, através do fortalecimento da identidade territorial do produto, conseqüentemente, os espaços de consumo buscarão esses produtos associando-os a qualidade nutricional ou certificação de procedência.

Em Goodman (2017) percebe-se a ponte existente entre os espaços de produção e de consumo, sendo representados pelo “cultivo dos alimentos” e “conhecimento dos alimentos”, respectivamente. Associando-se a isso, percebe-se em Schneider (2016) a tendência existente para que os consumidores mais reflexivos determinem os mercados agroalimentares para a agricultura familiar. E por isso, os alimentos “sem origem e sem identidade” tenderão a perder importância dentro da reconfiguração da relação produção-consumo das cadeias agroalimentares.

Segundo Nunes; Schneider (2013) deve-se observar que as realidades, sejam elas institucionais ou organizacionais, passam a ser construídas, mantidas e modificadas por processos e práticas culturais. Com isso, as práticas organizativas são importantes e fazem referência às diversas ações e estratégias empreendidas pelos atores, tendo em vista a manutenção do desenvolvimento de projetos produtivos.

Produtos diferenciados têm potencial para alcançar preços melhores. Os mercados aninhados exigem o desenvolvimento de infraestruturas sociomateriais que possibilitem o fluxo de produtos e serviços. Tais mercados induzem a busca por multifuncionalidade e a criação de novos mercados. Eles dão margem a isso devido a presença de lacuna estruturais, elencadas em Ploeg (2016).

Cassol et al. (2016) ilustra como a construção ou fortalecimento de instituições é importante para o funcionamento dos mercados. Sugerindo que a perspectiva institucionalista sobre os mercados imersos, permitirá compreender como as normas, regras e convenções sociais, criadas através das relações diretas entre produtores e consumidores, sendo essenciais, para gestão e manutenção dos recursos de uso comum. Conseqüentemente, essas características conferem força e resiliência aos mercados imersos, permitindo que consigam se reproduzir no interior dos mercados mais amplos.

Um dos desafios das políticas públicas de desenvolvimento consiste em “desburocratizar” as ações e as estratégias de desenvolvimento rural, pois para Souza (2012), a participação da sociedade e o diálogo com os agentes do Estado, surgem como a base para o sucesso das ações e das organizações de desenvolvimento rural, conseqüentemente, a participação dos atores sociais, e a parceria com os agentes do Estado, podem garantir ou dar mais legitimidades as organizações que visam o desenvolvimento rural.

Conforme Goodman (2017) apenas os consumidores “privilegiados” têm condições de buscarem produtos de qualidade, conseqüentemente, classifica esses nichos como “socialmente excludentes”. Por isso torna-se relevante reconhecer as compras públicas como pedra fundamental para tratar a questão de

distribuição desigual de alimentos de qualidade. Em Grisa; Schneider (2015) destacam-se o PAA e o PNAE como ações capazes de alocar esse grupo de agricultores no sistema agroalimentar, sendo que, esses mecanismos garantem mercado para a agricultura familiar em setores de demanda contínua, sejam eles órgãos federais, dos estados ou dos municípios. Pois da mesma maneira que a presença institucional na comercialização tem sido de suma importância para os agricultores não consolidados, pode ser considerada como um importante caminho para a democratização dos produtos de qualidade para os consumidores com menores capacidades de fazer escolhas.

No cenário nacional, ações como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PNAPO e os PLANAPOs, podem ser consideradas como as principais estratégias de apoio a produção orgânica brasileira. Percebe-se que segundo o PLANAPO 2016-2019 a agroecologia foi incorporada aos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o que se refletiu no direcionamento de recursos de ATER para a disseminação de práticas agroecológicas e orgânicas no campo, por meio de várias chamadas públicas lançadas pelo extinto MDA, que financiaram a atividade dos extensionistas e agentes de ATER que atuam com este enfoque, contando com a linha de crédito Pronaf Agroecologia, dirigida à produção orgânica e de base agroecológica. E embora, no cenário nacional, seja reconhecida tanto em Chechi (2017) quanto em Caporal; Petersen (2012) a importância das PNAPO e PNAPOs para o fortalecimento da agricultura familiar de base orgânica, torna-se relevante discutir as respectivas relevâncias dentro de sistemas agroalimentares, principalmente, no Nordeste especificamente em Sergipe, caracterizados segundo Mendes; Nascimento (2017) pela predominância de agricultores familiares pobres e que enfrentam dificuldades em acessar mercados e agregar valor na matriz produtiva.

As compras governamentais têm desencadeado um processo de organização da produção familiar orgânica de base orgânica, desempenhando importante papel na provisão de novos espaços de comercialização e geração de renda. Chamadas públicas como a de ATER Mulheres e de organização produtiva tem buscado contemplar atividades de capacitação, elaboração de projetos e assessoria aos grupos que acessam o PAA, o PNAE e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Consequentemente, pode-se afirmar que ações ou políticas públicas aliadas a mercados institucionais, tornam-se determinantes estratégias de reprodução da agricultura familiar comprometida com a saúde pública e democratização de alimentos saudáveis para contextos socioeconômicos castigados pelo sistema capitalista.

Belik; Cunha (2015) destaca que para que ocorra a mudança no sistema de abastecimento dos alimentos oriundos da agricultura familiar nos centros urbanos é necessário que as propostas caminhem em três frentes complementares. No entanto torna-se relevante destacar a importância de promover os mercados locais, regionais e nacionais, sendo esta primeira determinada pela necessidade de qualidade e sustentabilidade imposta por um perfil de consumidor cada vez mais exigente.

Também percebe-se em Belik; Cunha (2015) que deve-se ampliar os programas de compras governamentais, os quais atualmente têm baixo alcance, seja pelo pequeno número de agricultores capazes de atender as exigências e burocracias, seja porque as compras para a alimentação escolar ainda não conseguiram resolver os problemas de logística e distribuição de gêneros tanto nas grandes cidades, assim como no caso dos centros urbanos de menor porte. Nesse caso, compreende-se que a ação pública deve caminhar melhorando as condições de oferta dos produtores, inclusive no que diz respeito à capacidade financeira deles, tendo o papel de organizar melhor os sistemas de distribuição nas cidades.

Dialogando com Caporal; Petersen (2012) e Chechi (2017) sobre políticas públicas para a agricultura familiar, percebe-se a relevância de se ampliar o debate em torno da perspectiva do desenvolvimento rural, com base na consolidação de sistemas agroalimentares, comprometidos com a saúde pública e com a valorização dos alimentos. Buscando também relacionar a relevância da construção da identidade territorial e a sua mobilidade dentro dos espaços de comercialização nos centros urbanos, compreendendo as contradições socioeconômicas que envolvem a democratização e a mobilidade dos alimentos e suas identidades dentro dos sistemas agroalimentares com o enfoque analítico para o caso sergipano.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada atividade de campo para aplicação de questionários junto as unidades familiares, registros fotográficos e a realização de entrevistas. Assim como, foi investigada a ATER no Território Sertão Ocidental, a partir de entrevistas nos órgãos e empresas responsáveis pela efetivação da ação no território (obedecendo um roteiro uniforme de entrevista), tais como; secretarias municipais de agricultura, entidades privadas de ATER, e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), (principal agente de ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe).

Destaca-se também, a realização de entrevista com o representante de uma das associações (ASPOAGRE) presentes no território em questão, buscando a partir disso compreender algumas perspectivas e desafios para os agricultores familiares que buscam organizar-se em associações e inserir seus produtos nos mercados. Além da fundamentação teórica e da coleta de dados primários, ressalta-se a relevância da coleta de dados secundários, nas seguintes fontes: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Censo Agropecuário de 2017, e o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, possibilitando o levantamento e sistematização de dados socioeconômicos dos recortes pesquisados.

Foi realizada aleatoriamente a aplicação de 60 questionários semiestruturados nas unidades familiares do Território Sertão Ocidental de Sergipe, buscando-se levantar questões relacionadas ao perfil socioeconômico das famílias e características produtivas das unidades familiares que recebem ou não ATER, sendo que a escolha de três municípios (Tobias Barreto/SE, Lagarto/SE e Ribeirópolis/SE) resumem as características socioeconômicas do território em questão. Assim, buscou-se levantar questões referentes às ações, e avanços conseguidos através da ATER e confrontar os dados com as informações prestadas pelos agricultores familiares e o corpo administrativo dos órgãos visitados nas pesquisas de campo.

Para a leitura dos dados coletados em campo foi separada as unidades familiares que recebem ATER (25%) e as que não recebem ATER (75%), buscando relacionar a importância e a relação da presença de ATER com o desenvolvimento e a inserção produtiva nas unidades familiares. Considerando para tanto, aspectos sociais e econômicos para destacar o papel da ATER na reprodução das unidades familiares analisadas e perceber as perspectivas e os desafios do desenvolvimento no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.

2.1 Área de estudo

O Território Sertão Ocidental de Sergipe é composto por 19 municípios, possui área total de 6.683,80 Km² segundo o IBGE, tendo população total de 455.467 hab. (2010), e a população rural correspondia em 2010 a 193.070 (42,39%). Possui, conforme o censo agropecuário de 2017, 38.320 estabelecimentos agropecuários. O território corresponde a 41,06% do total de estabelecimentos agropecuários de Sergipe (o estado possui 93.333 estabelecimentos agropecuários).

O TSOS é composto por 19 municípios, sendo eles; Nossa Senhora Aparecida, Carira, Macambira, Moita Bonita, Pinhão, Riachão do Dantas, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Areia Branca, Campo do Brito, Frei Paulo, Itabaiana, Lagarto, Malhador, Pedra Mole, Poço Verde, São Domingos e São Miguel do Aleixo.

Busca-se então, discutir a relação existente entre ATER e desenvolvimento para as famílias do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (figura 1), compreendendo as principais questões evidenciadas em campo e que são capazes de indicar caminhos para o desenvolvendo das famílias assistidas pela ATER.

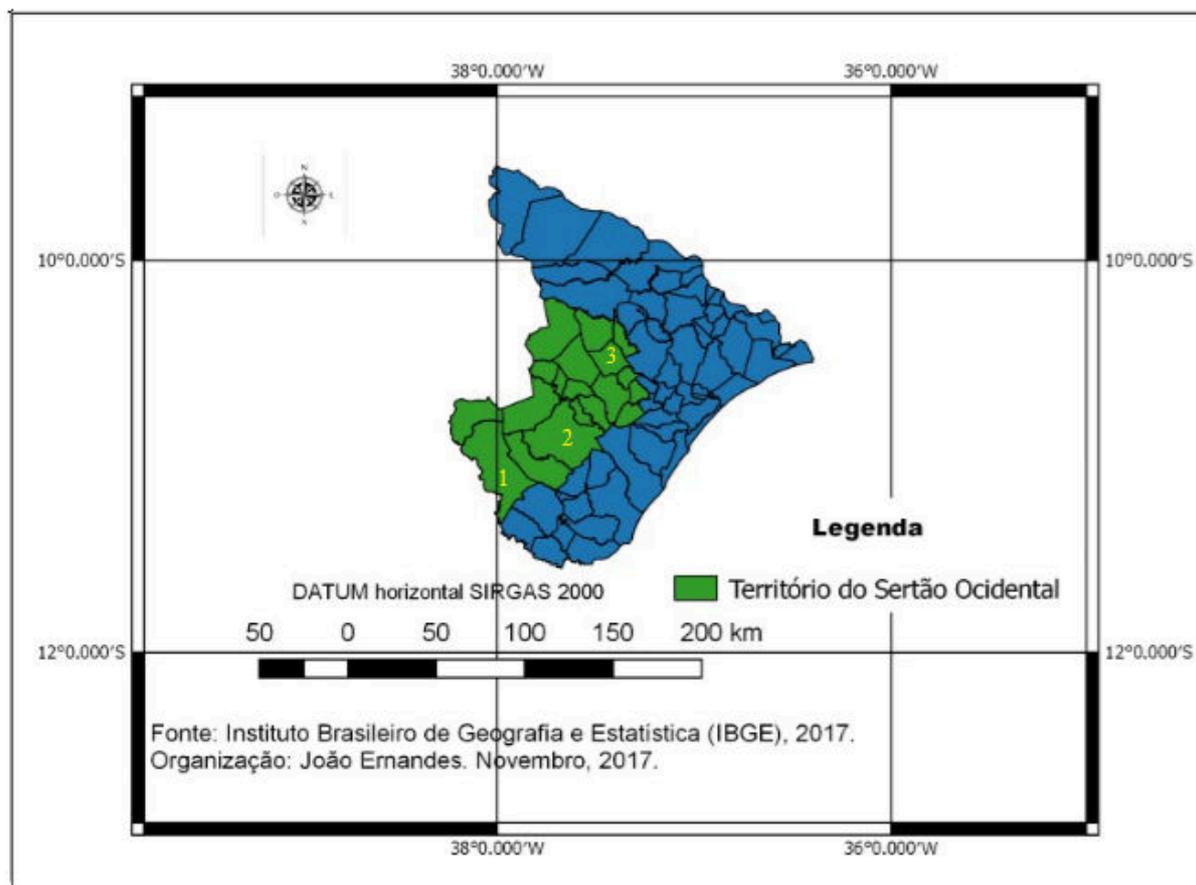


Figura 1 – Localização do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2018.

Com base no Plano Territorial Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – (PTDRS) Apud Ramos Filho (2017) , as entidades de apoio a ATER em Sergipe são: Cáritas Diocese de Aracaju, Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra – (MST), Comunidade Quilombola de Frei Paulo/SE, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado de Sergipe – (FETASE), Departamento Agropecuário de Sergipe – (DEAGRO), EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe – (UFS), Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural – (SASAC) e Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – (CEDRS) e a Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe – (PRONESE).

Dentre os principais objetivos contidos no plano de desenvolvimento territorial, ressalta-se o foco na melhoria nas condições de vida dos agricultores familiares, criando ações com condição de geração de emprego e renda da população no seu desenvolvimento social, cultural, educacional, rural, respeitando os recursos naturais, culturais, sociais, de segurança, políticos e principalmente o ambiente em que vivem os agricultores, tornando esses ambientes duradouros.

A figura 2 representa algumas imagens de ações evidenciadas no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Na imagem 01, verifica-se a construção do sistema de abastecimento, viabilizado pelo Governo do estado de Sergipe; na imagem 02, observa-se uma das cisternas destinadas ao território, através do programa 1 milhão de Cisternas do Governo Federal, assim como a construção de um reservatório de água, adquirido com recursos do Ministério da Integração e em parceria com o Governo do estado de

Sergipe (imagem 04), e por fim, as imagens 03 e 05, representam a construção de alguns postos de saúde no território. Nesses termos, é possível afirmar a relevância de ações do Estado para alavancar o desenvolvimento territorial, em que pese a ampliação das ações com foco na saúde, educação e combate à falta de água, tais ações hesitam reflexos pontuais e o sucateamento dos bens públicos, pois há demanda social e assim, as políticas públicas serão capazes de conduzir o desenvolvimento rural, principalmente, em áreas mais carentes como é o caso do Território do Sertão Ocidental de Sergipe.



Figura 2 - Algumas ações do Estado no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Assim como foi evidenciado em Landini (2016b) percebe-se que a disseminação da ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe poderá contribuir na orientação técnico-produtiva. Aliando-se a esses fatores, a ausência de domínio em relação as tecnologias, dificuldade em agregar conhecimento e valores econômicos e saudáveis as práticas produtivas, atuam como obstáculos para o desenvolvimento do sistema agroalimentar destacadas em Schneider (2016). A ATER pública também é capaz de fortalecer tanto o aspecto organizacional quanto institucional da agricultura familiar e assim como no caso do noroeste da argentina, a articulação interinstitucional e a comercialização, que se destacam como os principais problemas para a agricultura familiar sergipana.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perspectivas recentes sobre ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe

Neste tópico, busca-se discutir os desafios e perspectivas da a efetivação da ATER como uma estratégia de desenvolvimento para o Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Leva-se em consideração o aporte teórico e os dados primários e secundários coletados para a fundamentação do debate proposto. Espera-se discutir questões referentes a inserção produtiva, análises socioeconômicas, relacionando-as com os dados referentes ao grupo que recebe ou não ATER no território em questão. A partir disso, discute-se perspectivas de desenvolvimento que podem ser apoiadas na ATER e articuladas com outras ações.

Dentre os principais objetivos contidos no plano de desenvolvimento territorial, ressalta-se o foco na melhoria nas condições de vida dos agricultores familiares, criando ações com condição de geração de emprego e renda da população no seu desenvolvimento social, cultural, educacional, rural, respeitando os recursos naturais, culturais, sociais, de segurança, políticos e principalmente o ambiente em que vivem os agricultores, tornando esses ambientes duradouros. A ATER pode ser considerada uma estratégia importante para melhoria da renda e as condições de vida dos agricultores familiares, principalmente do grupo classificado por Abramovay (2003), como agricultor pobre, o qual acaba encontrando maiores dificuldades para se reproduzir e inovar, frente à limitação de investimento, sendo esse grupo de agricultores é o predominante na região Nordeste do Brasil.

Com base na tabela 1 percebe-se que dentre os estabelecimentos do território do Sertão Ocidental de Sergipe em que se aplica a metodologia de receber ou não orientação técnica (38.317 estabelecimentos agropecuários), em apenas 7,47% do total de estabelecimentos recebem orientação técnica no manejo da lavoura. No caso do estado de Sergipe, os percentuais também são preocupantes, pois somente 8,89% do total de estabelecimentos recebem orientação técnica (sendo que a metodologia se aplica a 93.214 estabelecimentos agropecuários). Percebe-se a necessidade de disseminar a ATER no estado de Sergipe, e o investimento em empresas públicas de ATER (no caso de Sergipe a EMDAGRO é a principal empresa de ATER pública) e parcerias com empresas privadas, podem representar relevantes estratégias de apoio e ampliação dos serviços.

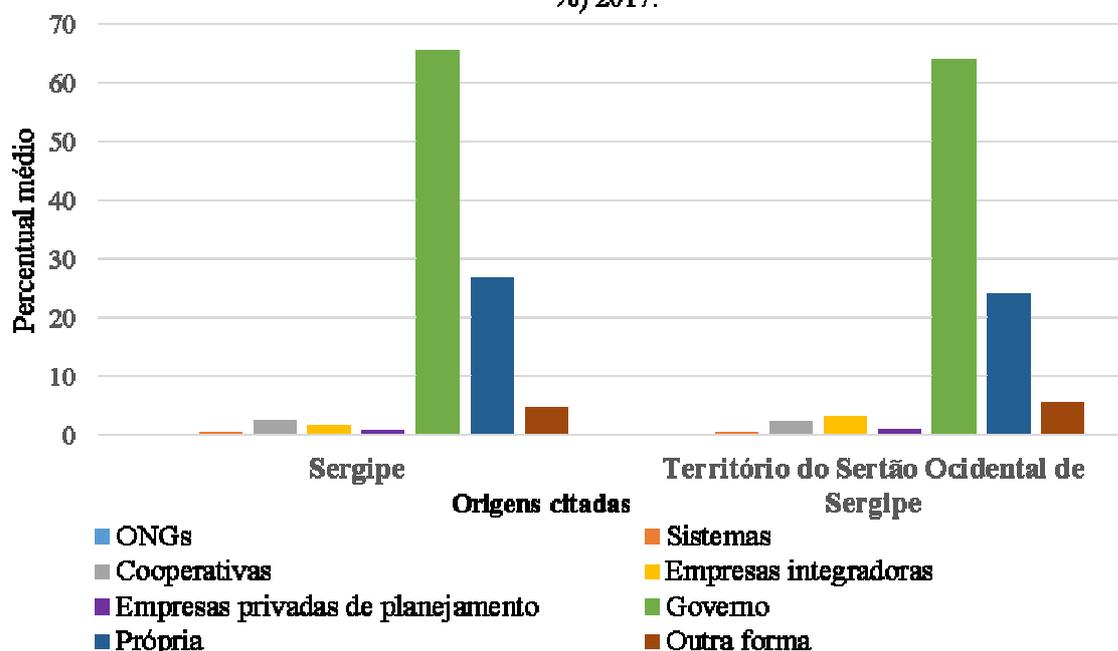
Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários que recebem orientação técnica em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (unidades), 2017.

Recorte espacial	Recebe assistência técnica	Não recebe assistência técnica
Sergipe	8.301	84.913
	8,89%	90,98%
Território do Sertão Ocidental	2.861	35.456
	7,47%	92,52%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

A figura 3 reflete os dados referentes às origens da assistência técnica citadas nos estabelecimentos agropecuários de Sergipe e do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, na qual é possível verificar que embora seja necessário o aprimoramento, a ATER pública está presente em mais de 60% dos estabelecimentos agropecuários de Sergipe e do território em questão. Percebe-se o potencial para expansão dos serviços de ATER tanto privados quanto públicos, no entanto se faz necessária a ampliação do quadro de técnicos da EMDAGRO para maior efetivação dos serviços de ATER pública. Outra questão refere-se a importância do fortalecimento do cooperativismo, consequentemente, será possível ampliar o acesso aos serviços via cooperativas, haja vista que os dados representados ainda são tímidos em relação a essa metodologia.

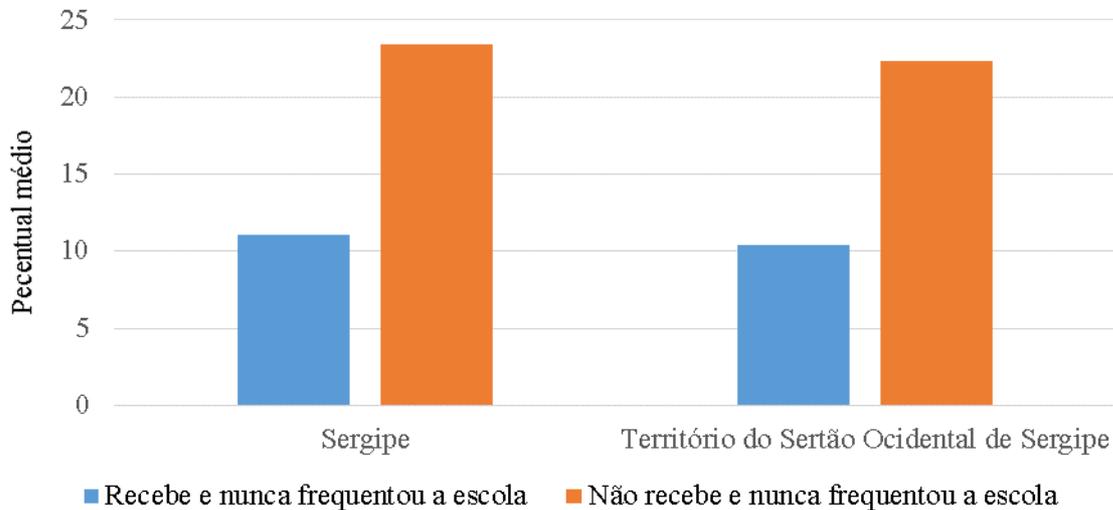
Figura 3 - Origem da assistência técnica recebida nos estabelecimentos agropecuários de Sergipe e do Território do Sertão ocidental de Sergipe (em %) 2017.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

A figura 4 apresenta a relação entre o acesso a assistência técnica e escolarização do produtor nos estabelecimentos agropecuários de Sergipe e do Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Conforme a figura 3 é possível afirmar que existe tendência para o fato de que os agricultores que não acessam a ATER nunca terem frequentado escola, ou seja, os agricultores com mais anos de estudos tendem a buscarem aprimorar a produção de alimentos, consequentemente, recorrem aos serviços de assistência técnica, tanto em Sergipe, quanto no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Por isso, cabe ressaltar a relevância da ampliação das estratégias de desenvolvimento que visem os públicos mais desfavorecidos, sendo a escolarização dos agricultores um caminho fundamental para o desenvolvimento das atividades produtivas no Nordeste.

Figura 4 - Relação entre acesso a assistência técnica e escolarização do produtor em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em %) 2017.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

A partir da sistematização dos dados coletados em campo, verifica-se, a existência de agências de ATER privadas no território, como é o caso da RDS Agro (sigla refere-se as iniciais dos nomes de cada proprietário da empresa), que atende cerca de 90 agricultores, sendo que a mesma busca prestar serviços tanto a agricultores familiares, quanto médios empresários rurais do setor agrícola, cobrando em média 2% do valor do projeto. Embora a empresa de ATER privada referida busque apoiar a comercialização e a inserção de tecnologias no campo, fornecendo serviços ligados a consultoria, assessoria, elaboração de projetos avaliação da propriedade e georreferenciamento. É possível afirmar que os agricultores familiares que buscam as agências privadas podem ser considerados como mais “consolidados” em relação aos dependentes dos serviços públicos. Vale ressaltar que, a empresa de ATER privada busca trabalhar em parceria com as secretarias de agriculturas do território e as instituições financeiras oficiais e a EMDAGRO (principal responsável pela ATER pública no Território do Sertão Ocidental). No entanto, segundo a empresa, o principal desafio para o desenvolvimento da ATER é a falta de informação correta referente ao estabelecimento rural, pois os agricultores omitem muitas informações sobre as questões econômicas, mesmo assim, verifica-se o crescimento da produtividade das unidades familiares produtivas com a inserção racional de algumas tecnologias, assim como, o georreferenciamento auxilia no mapeamento das unidades familiares.

As unidades familiares que recebem ATER, embora, concentrem sua produção na batata-doce e na mandioca, apresentam maior diversificação da produção, quando são comparadas com as unidades familiares que não recebem ATER, assim como, mantêm um maior volume de produção. Percebe-se ainda, que as unidades familiares produtivas que não recebem ATER, concentram a mão de obra sobre a base familiar, sendo eventual a contratação de pessoas ao longo do ano. Agrega-se também, o grupo que não recebe ATER, o qual concentra sua produção na mandioca, sendo que o feijão, o tomate e o milho se destacam como produtos secundários das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias de agricultores. Destaca-se porém, que a acerola e o maracujá, surgem como produtos vendidos aos intermediários da produção, os quais, possuem maiores capacidades econômicas para agregar valor e/ou transportar as mercadorias para outros mercados. Conseqüentemente, os agricultores que recebem ATER, buscam contratar mais pessoas para trabalhar nas atividades agrícolas, e também, destacam-se a produção da pimenta e da farinha da mandioca, como fontes de renda para essas famílias rurais, as quais conseguem agregar valor à sua produção, através da inserção de tecnologia, ainda que esteja distante do ideal.

A figura 5 representa um mosaico com algumas imagens da feira da agricultura familiar no

Território do Sertão Ocidental de Sergipe (município de Ribeirópolis) realizada todas as quintas feiras. Embora represente alguma articulação dos agricultores para inserir seus produtos nos mercados, também reflete a falta de apoio da ATER pública a comercialização, pois, é consenso entre os secretários entrevistados e os agricultores familiares, que a ATER pública encontra-se estagnada, sendo que a adoção de tecnologias e inserção nos mercados tem sido alavancada pelos agricultores de maneira independente, principalmente, os produtores orgânicos.



Figura 5: Feirinha da agricultura familiar no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.
 Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Tanto os agricultores quanto o secretário de agricultura do município de Ribeirópolis, relatam que o único apoio para o desenvolvimento da “feirinha” está restrito a montagem das barracas para comercialização sendo cobrada para a mesma, uma taxa na importância de R\$10,00 por semana. Um dos agricultores que comercializam na feira e que faz parte de uma associação do município de Moita Bonita/SE (o qual não quis ser identificado), afirmou que no início foi elaborado um projeto para a expansão da comercialização de produtos orgânicos no interior do estado de Sergipe, mas, um levantamento feito apontou que apenas 0,5% dos agricultores familiares poderiam atender as exigências para a consolidação das feiras orgânicas. A partir disso, Ribeirópolis foi o primeiro município do interior a organizar essa feirinha da agricultura familiar. Atualmente, qualquer agricultor pode vender na feira, mas existe uma predominância de produtos vendidos como orgânicos. A feirinha recebe consumidores de vários municípios do Território do Sertão Ocidental, assim como, turistas que visitam o município e compram os alimentos de excelente qualidade.

Ainda sobre a feirinha da agricultura familiar, vale destacar que embora os produtos apresentem melhor qualidade, quando comparados com os produtos vendidos na feira tradicional (realizada nas segundas feiras). Percebe-se também a tendência no aumento do preço das mercadorias comercializadas na feirinha, evidenciando-se assim, a predisposição na capacidade de atender um grupo de consumidores menor, ou de maior poder aquisitivo. Por isso, destaca-se a importância que as políticas públicas, poderiam desempenhar no incentivo e apoio a produção orgânica barateando esses alimentos, podendo ser consumido pelas populações mais pobres das cidades. E assim conforme Gazolla; Schneider (2017), ocorreria a ampliação dos consumidores orgânicos e o fortalecimento do papel da agricultura familiar em

fornecer alimento de qualidade para as sociedades (cada vez) mais urbanizadas.

Mesmo diante de tantos desafios, é consenso entre os agricultores familiares e os órgãos pesquisados, melhorias geradas pela a ATER pública é fruto da articulação com outras políticas públicas (mesmo que de maneira muito tímida), pois, nas últimas décadas os acessos ao crédito, aos insumos e a energia elétrica rural, podem ser destacados como os principais avanços da política de ATER. Mas, o caso do acesso aos mercados ainda é um problema muito sério para a produção agrícola tanto dos agricultores que recebem e do grupo que não recebe ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Por isso, ressalta-se a importância que a ATER poderá desempenhar no fortalecimento das unidades familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, mesmo os serviços estando aquém do necessário para que seja alcançado um projeto capaz de alavancar o desenvolvimento.

Na figura 6 busca-se fazer a relação do pensamento de Ploeg (2016), embora o autor não trabalhe com a ATER, mas busca discutir a questão que envolve a agricultura familiar e a construção social de mercados no processo de desenvolvimento rural. No triângulo vermelho percebe-se os desafios atuantes na produção de base familiar do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (TSOS), pois a produção familiar concentra suas forças no objetivo de atender demandas dos mercados classificados por Ploeg (2016) como gerais, os alimentos permanecem na invisibilidade, ou seja, perdem sua identidade territorial dentro das redes ou cadeias agroalimentares. Essa identidade pode ser concebida até como inexistente, haja vista, que não existe garantia certificada de procedência e a produção é pautada no uso convencional de agrotóxicos.

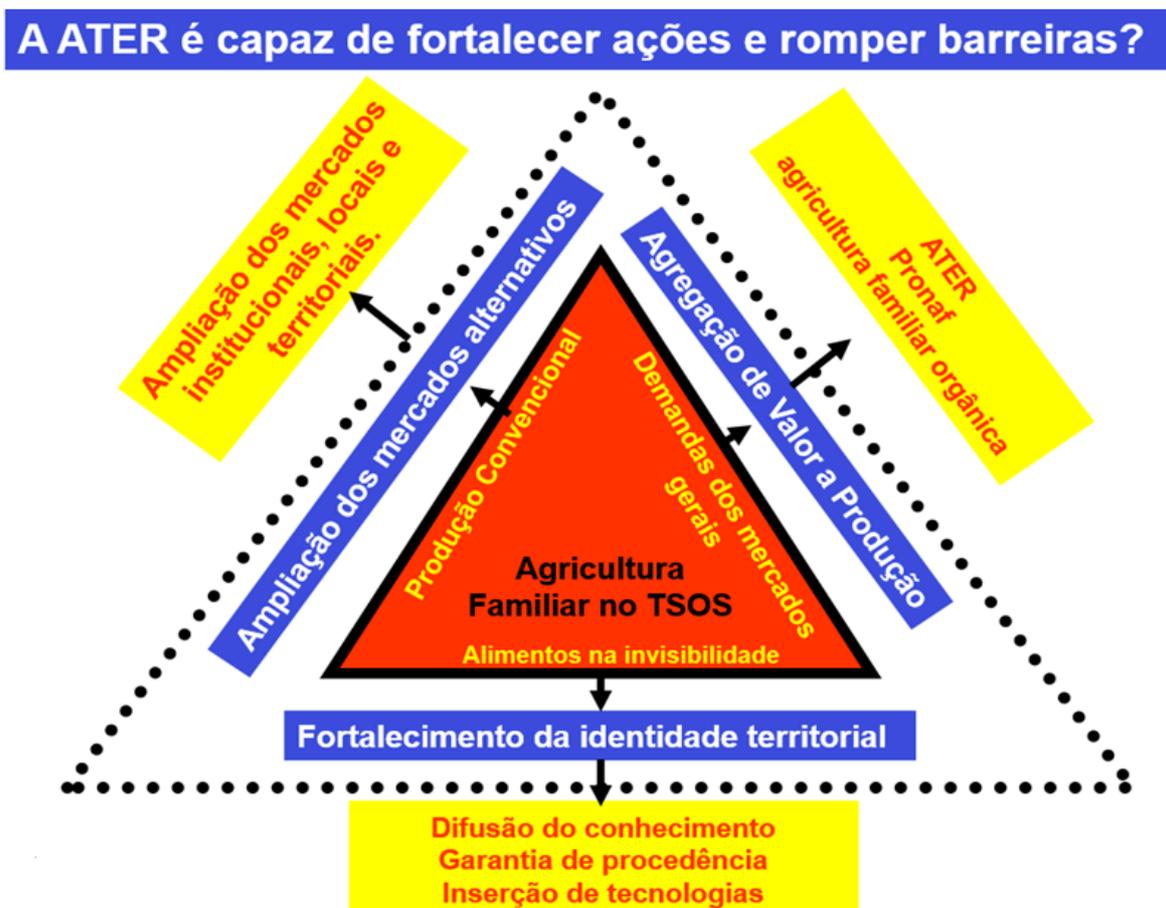


Figura 6 – Barreiras e perspectivas de Desenvolvimento e a importância da ATER no TSOS, 2019.

Fonte: Sergio Schneider, 2018 e adaptado por João Ernandes B. Nascimento.

Na figura acima, percebe-se em azul três caminhos apontados como relevantes para a superação das barreiras supracitadas, e entende-se aqui, que a ATER possui potencial para a construção desse entorno e desde que seja aliada a outras ações de desenvolvimento, pode ser considerada como uma estratégia capaz de construir a estruturas sociomateriais apontadas por Ploeg (2016), destacando-se a ampliação dos mercados institucionais, locais e territoriais, a partir da difusão do conhecimento, garantia de procedência, inserção de tecnologias poderá ser dinamizada a produção de base familiar. E por fim, poderá consolidar políticas públicas de crédito e auxiliar na disseminação de modelos produtivos alternativos, tendo em vista que os agricultores terão maiores possibilidades de atender consumidores mais reflexivos e com capacidades de fazer exigências, no entanto, o “diálogo” entre políticas públicas torna-se um caminho indispensável para a democratização de alimentos saudáveis.

Schneider (2016) destaca a importância da construção de mercados que garantam a reprodução da agricultura familiar, elencando os quatro tipos de mercados em que os agricultores familiares se inserem, sendo eles; (...) “mercados de proximidade, mercados locais e territoriais, mercados convencionais e os mercados públicos e convencionais” (...) (p. 122-125), sendo que possível evidenciar a presença desses quatro tipos de mercados no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. No entanto, o mercado classificado por Schneider (2016) como local ou territorial acaba sendo o mais presente na vida das famílias rurais do território em questão, sendo dominado pela figura do intermediário comerciante, o qual, possui interesses e mecanismos para a circulação das mercadorias de origem agrícola, conseqüentemente, acabam dominando os mercados convencionais, os quais possuem atuação nas esferas locais e globais. Os mercados de proximidade também desempenham grande relevância para unidades familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, caracterizado pela venda direta, através das feiras livres. Os mercados institucionais, apresentaram-se como um desafio para os agricultores entrevistados, devido à dificuldade em atender e dialogar com as demandas, exigências e burocracias desse perfil de mercado em Sergipe.

Mesmo diante de tantos desafios, é consenso entre os agricultores familiares e os órgãos pesquisados, melhorias geradas pela ATER pública é fruto da articulação com outras políticas públicas (mesmo que de maneira muito tímida), pois, nas últimas décadas os acessos ao crédito, aos insumos e a energia elétrica rural, podem ser destacados como os principais avanços da política de ATER. Mas, o caso do acesso aos mercados ainda é um problema muito sério para a produção agrícola tanto dos agricultores que recebem e do grupo que não recebe ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Por isso, ressalta-se a importância que a ATER poderá desempenhar no fortalecimento das unidades familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe.

Uma das questões levantadas em campo, refere-se a como os agricultores avaliam suas condições de vida em relação a como viviam seus pais e/ou avós, sendo consenso em mais de 90% do universo dos entrevistados, que hoje vivem melhor do que sua família viveu no passado, sendo que os principais elementos estão associados a diminuição da falta de alimento, melhores condições de trabalho e transporte, sendo esse um importante aspecto do desenvolvimento social, mas, vale ressaltar que os desafios ainda são grande para as famílias rurais, sendo evidente que os primeiros passos foram dados. No entanto ainda é preciso avançar para que as famílias rurais do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, conseguem atingir a dignidade e melhores condições de vida em sua plenitude. Portanto, a articulação da ATER com outras políticas públicas, aliada ao incentivo à diversificação do trabalho pode ser uma importante estratégia de desenvolvimento para o território, conseqüentemente, o apoio e a integração entre à comercialização, produção, aumento da renda e participação social poderão ser o carro-chefe nesse processo. Nessa perspectiva, tanto no estudo em tela quanto em Landini (2014), percebe-se a relevância da ATER pública para promover o “desarrollo rural”, percebendo-se a pobreza rural como um fator determinante para a adoção de tecnologias e geração de conhecimentos na América latina, e, o Território do Sertão Ocidental de Sergipe não foge dessa regra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste estudo, indicam que da mesma maneira que a sociedade percorreu estágios, com transformações econômicas e socioespaciais, seus agentes e instituições também são modelados dentro deste processo. No caso do Estado contemporâneo, embora passe por momentos de crise de poder e autonomia, decorrente do comprometimento dos avanços dos interesses do capital em desfavor do social, também é uma importante ferramenta na reversão de quadros sociais desfavoráveis, através da criação de estratégias de desenvolvimento para os oprimidos pelo sistema econômico vigente.

O mundo não é o mesmo de séculos atrás, conseqüentemente, a maneira do homem entender, se relacionar e transformar o espaço também sofreu modificações. Não é possível explicar a dinâmicas da sociedade e suas contradições sem buscar entender as “faces” que o processo produz. Da mesma maneira é relevante conhecer a gênese das relações sociais que marcam a sociedade e o sistema econômico-social vigente. Buscando a partir disso, rever teorias e ampliar o debate entorno das abordagens em relação ao espaço socialmente construído.

Nestes termos é relevante ressaltar que tanto as ciências sociais como a geografia, não deram conta de prever os desdobramentos da sociedade capitalista, enquanto isso, atores sociais, desfavorecidos pelo sistema, necessitam de estratégias capazes de solucionar os problemas do presente. É nessa visão, que cabe aos pesquisadores buscarem agendas estudos capazes de explicar a realidade de cada contexto e propor caminhos para a superação de mazelas socialmente impostas. Portanto é necessário sair do campo da “denúncia acadêmica” e inserir os atores marginalizados no debate e na construção de estruturas sociomateriais que revigorem suas vidas.

Percebe-se a importância do debate sobre os caminhos, meios e fins do desenvolvimento, aprofundados em Sen (2010) para a compreensão das desigualdades e proposição de estratégias capazes de reverterem os quadros que se acentuaram nos últimos séculos. Dentro desse contexto, para Piketty (2014), é importante reconhecer o aumento da concentração de riqueza, que agrava o descontentamento das massas e ameaça os princípios democráticos, sendo a democracia um dos princípios para expansão das liberdades coletivas e individuais, vista como substancial para o desenvolvimento. Para tanto, a intervenção do Estado-social na economia se torna, dentro do sistema capitalista, a única maneira de reverter os ganhos do capital em áreas que visam o desenvolvimento social.

Também é importante considerar o debate sobre os mercados e suas abordagens na transformação da sociedade, e embora Polanyi (2000) considere que a grande dualidade do sistema não seja Estado X Sociedade, e sim Sociedade X Mercado. É possível afirmar que caso não ocorra a grande transformação social e a reinvenção das relações, o mercado sempre encontrará lacunas estruturais para sobrepor-se em relação aos interesses da sociedade. No entanto, vale considerar que estratégias que busquem a valorização sociocultural do local e/ou do territorial, podem servir como pedras fundamentais para expansão de alternativas sustentáveis e estruturação de mercados socialmente construídos e capazes de se desenvolverem dentro de mercados mais amplos.

Considera-se que as agendas de estudos sobre a geografia rural e as abordagens do desenvolvimento devem avançar em relação ao que está posto em Polanyi (2000), e entender as importâncias de políticas públicas para o desenvolvimento rural, o qual embora seja multifacetário, pode ter um dos seus reflexos no fortalecimento dos mercados constituídos por agricultores familiares. E é nessa abordagem que Ploeg (2016) compreende a importância da criação de estruturas sociomateriais para o desenvolvimento de mercados recém criados por agricultores familiares (mercados imersos ou aninhados). E essas estruturas são capazes de contrapor a tese de Polanyi (2000), pois mercados podem ser considerados como relações socialmente construídas, conseqüentemente, mercados socialmente imersos e desenvolvidos por agricultores familiares podem diferir da lógica dos mercados gerais, tendo em vista que o desenvolvimento de estruturas sociomateriais, serão capazes de manter o interesse social mesmo com o desenvolvimento das relações mercantis.

A ATER pode ser considerada como uma ponte para o fortalecimento dessas estruturas sociomateriais, haja vista que é uma estratégia de desenvolvimento capaz de conectar outras políticas

públicas e fortalecer a difusão do conhecimento e da tecnologia. E a partir disso, agricultores conseguirão obter estruturas sociomateriais para buscar consolidar mercados sem perder o caráter social da agricultura familiar e criando alternativas em relação aos grandes mercados gerais.

Diante deste cenário, o rural é parte integrante do desenvolvimento da sociedade contemporânea, pois foi reflexo de transformações e reinvenções que buscavam atender as demandas das áreas urbanas e do crescimento econômico. Aliado a isso, o rural deixou de ser sinônimo de atraso e passou a demandar por inovações técnicas e produtivas. No entanto, no caso brasileiro, esse poder de inovação passou a ser dominado pelos grandes empresários do meio rural, deixando, em tese, os agricultores descapitalizados a margem do processo. Isso pode ser relacionado ao debate sobre alimentação em sociedade urbanizadas (os alimentos têm perdido qualidade dentro das grandes cadeias produtivas) e também levantado a questão sobre quem vai alimentar o mundo no século XXI, sendo sabido que cada vez mais se têm concentrado a população urbana em relação a rural, e as previsões da FAO (Food and Agriculture Organization) para 2050 é de que o mundo terá uma população de 10 bilhões de habitantes, sendo 70% urbana.

A partir daí, pode-se destacar a ATER como uma ação capaz de reintegrar os agricultores que foram marginalizados pelo sistema capitalista, pois a Assistência Técnica e Extensão Rural é uma inovação para o perfil de agricultores predominantes no Nordeste, pois estes não possuem meios de buscarem novas estratégias para produção e acabam dedicando-se a cultivar basicamente as mesmas lavouras para atender a um mercado restrito. E a difusão da ATER pode desenvolver os mercados com potenciais de expansão, partindo da perspectiva de que a sociedade tenderá a exigir cada vez mais qualidade em relação aos alimentos consumidos, conseqüentemente, os agricultores que não possuem estruturas sociomateriais poderão ter cada vez mais dificuldades de escoar sua produção.

Entende-se então, que a ATER é uma estratégia capaz de dar suporte e alavancar outras políticas públicas, e com a consolidação deste cenário, seus atores serão capazes de revitalizar a economia rural buscando maior autonomia e voz política. Conseqüentemente, terão condições formar mercados independentes e buscarem novos espaços de comercialização, pois a consolidação de estruturas sociomateriais são capazes de lhes garantir melhorias nos estilos de vida, e a busca pela identidade cultural e/ou territorial. Mas ainda vale salientar, que a ATER pode deve promover a expansão desses caminhos, sem deixar que o essencial da agricultura familiar se perca, entendendo que a tendência global é a valorização do alternativo e da garantia de procedência, e isso é característico da agricultura familiar, e o que falta no Nordeste e em Sergipe, especificamente, são ações capazes de manter a identidade dos produtos dentro das cadeias produtivas, retirando-os da invisibilidade.

O desenvolvimento está associado a capacidade de articulação entre os agricultores e a mobilização da sociedade civil, sendo preciso que as famílias rurais busquem participar ativamente dos espaços de diálogos com as entidades que representam o Estado, caso contrário, as decisões que buscam o desenvolvimento territorial não serão capazes de atender as demandas sociais das áreas rurais. Por este sentido, percebe-se a importância da evolução na abordagem do territorial, ao rural com a busca pelo entendimento sobre a multifuncionalidade e multisetorialidade desse espaço.

Nesse contexto surge a importância da juventude rural, considerada como parcela da população que será capaz de liderar o processo de desenvolvimento em médio e longo prazo, daí ressalta-se a relevância de estratégias capazes de tornar o rural um espaço cada vez mais atrativo para o jovem, seja no lazer ou nas atividades laborais, pois os principais fatores que obrigam o jovem a deixar o rural, está relacionado a falta de opções, tanto de mercado de trabalho quanto de progresso nos anos de ensino.

Uma das facetas do desenvolvimento rural é a formação de mercados aninhados, que resulta na consolidação de uma identidade territorial ao produto. Nessa lógica o alimento passa a representar a cultura de uma sociedade rural, a qual ganha força e resiliência para não se perder dentro das cadeias produtivas. E a ATER é uma estratégia capaz de apoiar os adeptos a produção alternativa, fornecendo a estes, estruturas capazes de amparar a resistência ao sistema corporativo e retirar os alimentos territoriais da invisibilidade. No entanto, é necessário se repensar o modelo de ATER que está posto, já que existem casos em que o modelo proposto busca inserir os agricultores na lógica das grandes corporações

anexando-os aos mercados gerais. O que entende-se aqui, é a necessidade de ampliação de estratégias capazes de fortalecer os agricultores que produzem de maneira alternativa, pois são estes que necessitam de estruturas sociomateriais para lutar pela certificação e resistir ao produtivismo do Pós-Segunda Guerra.

Um dos desafios para o desenvolvimento rural, é o desmantelamento das ações do Estado, também é refletido na política de ATER pública, pois no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, se percebe a dificuldade existente em maximizar o poder de assistência aos agricultores que desejam participar dessa ação. Fato dificultado pelo quadro de servidores públicos deficitário e envelhecidos sem perspectivas de renovação, à medida que o país atravessa um momento de estagnação das políticas sociais e conseqüentemente das estratégias de desenvolvimento, cada vez mais, deixadas em segundo plano na agenda do Estado.

Por isso, destaca-se a importância de fortalecer o Estado-social ao invés de desmantela-lo, nisso fortalecer a ATER pública, aliada as políticas de crédito e de perfil social (saúde, educação e saneamento básico, energia elétrica e água), pode promover o desenvolvimento das áreas rurais, transformando os agricultores marginalizados em figuras capazes de se inserir no processo produtivo, e criar estratégias para a melhoria das condições de vida da família e dar face ao desenvolvimento rural. Outra potencialidade da ATER, diante do debate referente a emancipação do atores assistidos por políticas públicas, e a sua capacidade de dar essa autonomia ao seu público. Um exemplo disso, é a orientação técnico-produtiva em relação aos agricultores familiares que acessam mercados institucionais, no entanto, depois de atender tantas exigências, burocracias e diretrizes, é possível afirmar que agricultores familiares que acessam esses tipos de mercados são capazes de acessar qualquer mercado nacional, dando caráter de rotatividade e ampliando o quadro de beneficiados, em tese.

Mesmo diante de tantos desafios, é possível verificar que os agricultores que são assistidos pela ATER conseguem apresentar melhores condições de vida e maior poder de ampliação de renda e capacidade de inovação, pois estão mais atentos aos mercados e buscam apoio ou estratégias que possam auxiliar na produção e comercialização dos seus produtos. Também é importante que as políticas públicas reconheçam a importância do apoio a diversificação do trabalho, pois a famílias que diversificam suas fontes de renda, apresentam melhores condições de vida e maior interação com as áreas urbanas, e esse é um fator importante para a permanência no meio rural e para adoção de novas estratégias de sobrevivência, que antes pertenciam apenas ao urbano, condicionando que essas famílias busquem novas atividades em consonância com as atividades agrícolas.

Justifica-se a relevância da ATER para o desenvolvimento do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, tendo em vista que, diante dos desafios e perspectivas levantados no presente trabalho, a difusão do conhecimento e da tecnologia, foram evidenciadas como necessidades a serem potencializadas no caso em debate. Pois mesmo enfrentado barreiras como o quadro de técnicos deficitário e envelhecido, percebe-se essa ação como uma estratégia capaz de dar apoio ao sistema produtivo do território em questão, podendo assim, revigorar a economia rural. Além do reajuste institucional necessário, renovação e ampliação do quadro de técnico, é fundamental a melhoria nos índices de educação de jovens e adultos, pois quanto mais letrados forem os produtores, estes terão condições de buscarem caminhos de fortalecimento da social e racionalidade para debater seus interesses, aliando isso a construção de mercados capazes de manter a identidade cultural de seus atores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. 1º Fórum Internacional território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Relatório Final. Fortaleza, novembro 2003.
- _____. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.
- ALVES, Eliseu R; SANTANA, Carlos Augusto Mattos; CONTINI, Elisio. **Extensão Rural: Seu problema não é a comunicação**. In: Agricultura, transformações e sustentabilidade/ Organizadores: José Eustáquio Ribeiro Filho, José Garcia Gasques; Alexandre Xavier Ywta de Carvalho... [et al.]. - Brasília: Ipea, 2016.
- BELIK, Walter; CUNHA, Altivo R. A. de Almeida. **Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural**. In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015 - (Série Estudos Rurais) - 624 p.
- BRASIL AGROECOLÓGICO: **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019** / Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016. 89 p.
- CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. Agroecologia, nº 6, p. 63-74. 2012.
- CARVALHO, Diana Mendonça de. **Trajetórias do PRONAF em Sergipe: desenvolvimento e mudanças sócio – espaciais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.484p.
- CASSOL, Abel; SALVATE, Natália; SCHNEIDER, Sergio. Mercados Imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. **Revista Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Nº 33 - Maio /Ago. de 2016.
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- CHECHI, Leticia Andrea. **Iniciativas do Estado e da articulação nacional de Agroecologia na construção da PNAPO e das PLANAPOS**. Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.4, out./dez. 2017.
- FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. São Paulo/ SP: USP (2006). (Tese de doutorado).
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- GOODMAN; David. **Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo**. In: Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar / organizadores Marcio Gazolla [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017 (Serie Estudos Rurais) - 520 p.
- GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. **Três Gerações de políticas Públicas para a Agricultura**

- Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil.** In: Revista de Economia e Sociologia Rural/Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural-vol.52 - Brasília: SOBER, 2015.
- LANDINI, Fernando. **Enfoques y Prácticas de Extensión Rural Públicas en el Noreste Argentino.** Revista de Economia e Sociologia Rural. vol. 54 n° 1 Brasília. Jan./Mar. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005401009>.
- MENDES, Marcelo Alves. **Os (des) caminhos geográficos e a pluriatividade na agricultura familiar:** aspectos teóricos e cotidianidade da agricultura familiar no Nordeste. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- MENDES, Marcelo Alves; NASCIMENTO, J.E.B. Agricultura familiar e juventude rural no Agreste de Itabaiana/SE. **CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária, v. 12, n. 26, p. 209-237, abr., 2017/ISSN 1809-6271.
- MARX, Karl. **MARX (ECONOMISTAS 6).** São Paulo: NOVA CULTURAL. Ed. 1 1996. ISBN 85-351-0831-9.
- NUNES, Emanuel Márcio; SCHNEIDER, Sergio. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: A Diversificação da Agricultura Familiar do Polo Açu-Mossoró (RN). **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 601-626, jul-set. 2013.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Tradução Monica Baumgarten de Bolle. – I ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PLOEG, J. D. van der. Mercados aninhados recém criados uma introdução teórica. In: **Construção de Mercados e Agricultura Familiar:** Desafios para o desenvolvimento Rural. Organizadores Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- PLOEG, J. D. van der, JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the E.U. **Journal of Peasant Studies**, 39(1), 37–41, 2012.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) Território Sertão Ocidental.** TSO, maio de 2017.
- RENTING; Henk; MARSDEN, Terry; BANKS; Jo. **Compreendendo as redes alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural.** In. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar / organizadores Marcio Gazolla [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017 (Serie Estudos Rurais) - 520 p.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Jeffrey D. **A era do desenvolvimento sustentável.** Tradução Jaime Araújo - Lisboa/Portugal: Editora Conjuntura actual - 1ªedição abril de 2017.
- SCHNEIDER, Sergio **Mercados e Agricultura Familiar.** In: Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural / Organizadores Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta - São Paulo: Companhia de letras, 2010. 461 p. 4ª reimpressão.

SOUZA, Renato Santos de. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural.** Santa Maria/RS: Ed. da UFSM, 2012. 280p.

VEIGA, José Eli da, **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001.

Dados coletados em:

<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>; acessado em 05/01/2018.

<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/>